

Marcílio leva 6 planos aos credores

Brasília — Gilberto Alves

BRASÍLIA — O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, apresentou ontem aos líderes dos partidos no Senado as linhas gerais da proposta que o Brasil fará aos bancos credores privados, a partir de segunda-feira, para renegociar US\$ 41 bilhões da dívida externa do país. A proposta prevê a negociação com seis instrumentos — cinco tipos de bônus e um adendo a contratos anteriores — para rolar a dívida por até 30 anos com dez de carência. O desembolso com pagamento de garantias exigidas pelos bancos deverá custar ao governo entre US\$ 3,5 bilhões e US\$ 4 bilhões nos próximos anos, segundo estimativas de fontes que participam das negociações.

Marcílio explicou que o Brasil vai oferecer aos credores privados uma cesta de opções, que inclui bônus com desconto, bônus sem desconto, bônus com garantias de pagamento do principal e dos juros, bônus com garantia só do principal ou apenas dos juros e, finalmente, bônus sem garantia. Um dos bônus provocará um abatimento de 35% na dívida, o que já foi aceito pelos credores.

“O nível de desconto que vamos obter para toda a dívida vai depender das opções que os bancos fizerem, mas de maneira direta ou indireta o desconto será de 35%”, garantiu Marcílio. Estudos do Banco Central indicam que a opção por bônus sem desconto, mas com taxas de juros mais baixas também resultarão em custo menor da dívida brasileira.

O dinheiro para comprar as garantias que asseguram o pagamento



Marcílio (E) explicou aos senadores que os bancos já aceitaram o abatimento de 35%

do principal da dívida — títulos do Tesouro dos Estados Unidos — e dos juros nos próximos 12 meses virá da liberação de US\$ 1,3 bilhão de empréstimos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); US\$ 800 milhões a US\$ 1 bilhão de dinheiro novo que entrar no país a partir da escolha de alguns bancos dos bônus que prevêem novas liberações de recursos; outros US\$ 1 bilhão a US\$ 1,5 bilhão terão que ser sacados das reservas. As garantias de pagamento de juros se-

rão depositadas no Federal Reserve Board (FED), o banco central dos EUA.

A discussão dos termos da proposta de reescalonamento da dívida externa com o Senado, antes de o governo ir à mesa com os credores externos, foi bem recebida pelos políticos. Segundo o líder do governo no Senado, Marco Maciel — que promoveu o encontro — a aproximação facilita a aprovação do acordo pelo Congresso assim que forem concluídas as negociações nos Estados Unidos.

O senador Eduardo Suplicy, do

PT, reclamou do ministro Marcílio a baixa taxa de crescimento da economia e as dificuldades em atingir o superávit primário de 3% do PIB nas contas do governo. Segundo Suplicy, se o superávit primário se mantiver em 2,65%, como ocorre até agora, o Brasil não terá condições de honrar os compromissos assumidos, exceto com mais endividamento interno e emissão de moeda. “Ele (Marcílio) acha que vai cumprir os 3%, mas eu tenho dúvidas, além da preocupação com a recessão, já que São Paulo apresentou em abril a maior taxa de desemprego desde 85”, disse Suplicy.